

O CARÁTER MISSIONAL DA TEOLOGIA: UMA RESENHA SOBRE A DEFESA DE DAVID BOSCH EM FAVOR DA MISSÃO COMO PROPULSORA DO EXERCÍCIO TEOLÓGICO

Davi C. Cardoso

ORCID ID - 0000-0002-1298-5324

Resenha apresentada à disciplina de Teologia da Missão como requisito para avaliação semestral no curso de Bacharel em Teologia da Faculdade Teológica Batista de São Paulo - 2022.

Obra de Referência

BOSCH, David J. "Elementos de um paradigma missionário ecumênico emergente". In: _____. Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão. 3 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2009.

Resenha

No capítulo 12 de "Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão", intitulado "Elementos de um paradigma missionário ecumênico emergente", o teólogo e missiólogo David Jacobus Bosch elabora uma importante seção sobre a "Missão como teologia". Esta resenha discorrerá a respeito dos dois primeiros pontos de sua argumentação: "Missão marginalizada" e "De uma teologia da missão para uma teologia missionária".

O autor dá início à discussão reforçando sua defesa de que a correta leitura do Novo Testamento não é possível à parte da compreensão de que a conjuntura na qual se deu a redação da maior parte de seu corpo literário corresponde a um contexto missionário. Bosch concorda com a proposta de Martin Kähler de que, durante o século I, a teologia representava a resposta da comunidade cristã às circunstâncias que emergiam da atividade da igreja ao invés de mero capricho derivado de sua expansão. Nesse sentido, deve compreender-se que a teologia surge como consequência da tarefa missionária da igreja primitiva. Entretanto, a dimensão missionária da teologia arrefeceu à medida que o cristianismo cresceu, avançou pela Europa e tornou-se a religião do Império Romano e fora dele.

Ao longo do período histórico pré-moderno, o termo "teologia" foi empregado com dois fins: (1) descrever o processo de consolidação individual de conhecimento a respeito de Deus e daquilo que a ele se relaciona, resultado de uma ação voluntária de reflexão da alma a propósito da verdade divina; (2) nomear uma disciplina, isto é, um empreendimento intelectual com vistas à adoção de um conjunto de técnicas e métodos para estudo detido e consciente sobre Deus. Embora tenham existido distinções dentro da disciplina teológica durante muitos séculos, em suma, todas reportavam-se ao hábito cujo alvo é o conhecimento de Deus e daquilo que se relaciona a ele. Todavia, por ocasião do surgimento do Iluminismo, houve uma reorganização da teologia em uma dimensão que se ocuparia da prática clerical (dimensão prática) e outra que se atentaria aos aspectos técnicos e eruditos da reflexão teológica (dimensão teórica). Disso evoluiu-se para o que Edward Farley designou como "modelo quádruplo", que abarcava quatro disciplinas que lidavam com o texto bíblico, a história eclesiástica, a sistematização das doutrinas cristãs e a prática ministerial da igreja. Esse modelo se consolidou sob influência de Friedrich Schleiermacher e tornou-se um padrão amplamente reconhecido em faculdades e seminários teológicos protestantes no mundo todo, especialmente no Ocidente.

A teologia prática representava os meios pelos quais a igreja mantinha-se em atividade, ao passo que outras disciplinas configuravam uma espécie daquilo que Bosch chama de “ciência pura”, as quais mantinham conexão entre si através de um modelo que Farley denominava como “paradigma clerical”. Tanto em seu aspecto prático quanto em sua formulação teórica, a teologia se voltava exclusivamente à igreja ou cristandade, além de ser amissionária em sua natureza, uma concepção que se manteve mesmo após o século XV, quando a Igreja Católica Romana empreendeu amplo programa missionário. Na igreja protestante, a percepção da missão dentro da teologia era ainda mais desfavorável, como o autor destaca ao mencionar declaração feita por docentes da Faculdade de Teologia Luterana de Wittenberg em 1652, quando afirmou-se que a igreja não tinha qualquer tarefa ou vocação missionária. Houve tentativa de desenvolvimento de uma teologia da missão de caráter abrangente no contexto reformado por parte de Gisbertus Voetius, porém seu empreendimento não teve um efeito permanente nas gerações que se seguiram. A missão não passava de algo periférico na igreja e não era alvo de interesse teológico expressivo. Enquanto o aspecto teórico da teologia se voltava exclusivamente ao fato da revelação divina e do assentimento cognitivo no exercício de fé, a dimensão prática da teologia consistia na ideia do ministério como serviço à igreja institucional. A missão era considerada absolutamente periférica e domada por outros interesses. Esse caráter subserviente esteve presente também no surgimento de igrejas e seminários teológicos em países subdesenvolvidos, onde o modelo adotado reproduzia minuciosamente as características do velho continente. Tudo deveria estar alinhado às concepções e diretrizes dos rígidos limites estabelecidos pela metrópole.

Apesar disso, o avanço do esforço missionário e as características da missão e das novas igrejas naqueles territórios implicaram no reconhecimento por parte das igrejas-matriz quanto à necessidade de adaptações ao modelo de trabalho. Contudo, visto que o modelo quádruplo conservava uma posição canônica na produção teológica da igreja, sendo que uma eventual alteração em sua estrutura era considerada um risco à sua sacralidade, concluiu-se ser necessário acomodar a ideia missionária de modo a manter a continuidade do modelo vigente. A resposta natural foi incorporar a matéria de missão a uma das disciplinas existentes, normalmente a teologia prática. Schleiermacher foi o primeiro a fazer isso, o que criou um modelo que segue sendo observado em alguns círculos.

A partir desse momento, desenvolveram-se ideias sobre o que vinha a ser teologia prática e qual era o papel da missão na atividade da igreja. Uma das definições para teologia prática afirmava que ela é a “disciplina teológica normativa da autorrealização da igreja em todas as suas dimensões” (RAHNER apud BOSCH, 2009, p. 585-586), isto é, o conjunto de ações que viabiliza que a igreja alcance os propósitos para os quais foi constituída. A missiologia, então, seria o estudo da autorrealização da igreja em situações de missão, ao passo que a teologia prática se ocuparia do estudo da autorrealização da igreja existente. Enquanto a primeira diz respeito à igreja em expansão, a segunda corresponde à igreja que se edifica. O objeto de estudo de ambas é o mesmo: a igreja. Outra definição oriunda desse período sugere a teologia prática em conexão com o pastorado — uma área em que a igreja já se encontrava, de certa forma, constituída — e a missiologia como apostolado que serve à natureza pastoral da igreja (SEUMOIS apud BOSCH, p. 586).

Outra abordagem foi a defesa da inserção da missiologia como disciplina teológica independente, algo que, mesmo representando risco ao modelo quádruplo, conquistou adesão rapidamente. Algumas tentativas de desenvolver essa independência foram feitas, variando no espaço concedido à missiologia, contudo, apenas através de Gustav Warneck, professor da Universidade de Halle, foi que a disciplina se estabeleceu de modo independente e solidificou suas bases no currículo teológico. A contribuição de Warneck foi tão significativa que produziu efeitos não só em círculos protestantes, mas também entre católicos. Em 1910, criou-se a primeira cadeira de missiologia em uma instituição católica, a Universidade de Münster, sendo Josef Schmidlin o primeiro professor a ocupá-la, o qual realçou a importância do trabalho de Warneck, embora houvesse diferenças entre ambos. Essa abordagem foi reproduzida em outras partes, especialmente em razão do impacto gerado pela Conferência Missionária de Edimburgo em 1910. Ao longo do tempo, as cadeiras de missiologia passaram a assumir outros nomes, vez ou outra enfatizando aspectos distintos da compreensão missiológica da igreja.

No entanto, Bosch considera que todas essas ações foram, no melhor dos casos, “uma bênção ambígua” (BOSCH, 2009, p. 587), visto que não se garantiu um lugar concreto à missiologia na teologia. A constituição de cadeiras nas universidades não foi resultado de uma compreensão da natureza missionária da teologia, antes foi produto da pressão de sociedades missionárias, estudantes e até mesmo governos (que estavam interessados na instituição de métodos de ascensão e controle sobre colônias e protetorados). Desse modo, a missiologia foi relegada ao que Bosch chama de “Ministério das Relações Exteriores” da instituição teológica” (ibid., p. 587), concentrando-se naquilo que, embora inovador, era secundário. Além disso, outros teólogos frequentemente enxergavam seus colegas especializados em missiologia com indiferença ou transigência, visto que normalmente eram ex-missionários que atuaram em colônias ou países emergentes. Por essa razão, aqueles professores não consideravam ter qualquer responsabilidade a desempenhar no estudo do caráter missionário da teologia.

Esse cenário tornou-se mais delicado quando missiólogos empreenderam na produção de uma enciclopédia teológica própria, mas que se orientava pelo modelo quádruplo, com disciplinas que, em algum nível, refletiam as divisões daquele modelo teológico. A missiologia seguiu isolada das demais disciplinas, consolidou sua posição acessória e era apenas o que Bosch chama de “ciência do missionário, para o missionário” (ibid., p. 587).

A última abordagem adotada na tentativa de incluir a missiologia no escopo do exercício teológico, praticada especialmente na Inglaterra, foi reconhecida como “integração”. Ela se orientava pela renúncia ao ensino da missiologia na qualidade de disciplina independente e esperava que as demais disciplinas incluíssem a dimensão missionária à teologia. Bosch crê que, embora isso pareça uma boa solução, não o é sem distorções significativas. Uma delas é que professores de outras disciplinas normalmente não estão plenamente conscientes da dimensão missionária inata à teologia. Igualmente, não possuem conhecimento necessário para projetá-la adequadamente aos olhos dos estudantes.

Após discorrer sobre a marginalização da teologia e o fracasso das abordagens adotadas ao longo da história para envolvê-la, de uma ou outra forma, na teologia, Bosch passa a destacar sua ênfase na transição de uma teologia da missão para uma teologia missionária (grifo nosso). O autor destaca que o desafio fundamental não estava no questionamento sobre o propósito da missiologia, mas sim sobre o alvo da missão. Caso a missão se desenvolva em torno de concepções meramente numéricas e expansionistas, de fato, a missiologia seria apenas uma matéria concebida a partir do missionário com vistas ao missionário, pretendendo responder exclusivamente sobre a maneira como a tarefa missionária deveria ser conduzida. Sem uma compreensão da igreja como, de acordo com Bosch, “missionária por sua natureza” (grifo nosso), a missão e a missiologia podem ser reputadas como dispensáveis.

Por volta da década de 60, todas as confissões cristãs compreendiam que a missão fazia parte da essência da igreja. Os encontros do CoMIn em Tambaram e Willingen (1938 e 1952) e a assembleia do CMI em Nova Delhi, na Índia — ocasião em que o CoMIn se integrou ao CMI — são os eventos que marcaram essa nova compreensão por parte dos protestantes. Na ala católica, o Concílio Vaticano II foi onde a missão deixou de ser uma atribuição do papa ou comitativas delegadas por ele para ser entendida como uma dimensão da igreja. Tais eventos serviram para promoção de uma mudança na concepção de missão e do papel da missiologia, de modo que a igreja não era mais vista em oposição ao mundo, mas comissionada a ir em direção ao mundo por encontrar sustentação para sua existência na missão de Deus em amor ao mundo. Isso implica, para Bosch, no reconhecimento da missão como nuclear na constituição da igreja.

Bosch destaca a importante declaração de Willem Adolph Visser 't Hooft durante conferência da CMME em 1963, onde, entre outras coisas, elaborou sobre a impossibilidade de conceber uma igreja que não fosse chamada para fora do mundo e, posteriormente, enviada para dentro dele (ibid., p. 588). A divisão artificial entre territórios que encaminham missionários e territórios que os recebem não é coerente, visto que o mundo todo é um campo de missão.

Mesmo diante dessa releitura, sua incorporação na teologia foi custosa. Bosch destaca Karl Barth como expoente nesse processo. O esforço empreendido por teólogos que assumiram, tal como Barth, posição favorável à nova abordagem resultou em progresso efetivo em relação à atitude tradicional – agora superada.

Bosch enfatiza, então, a importância de não retroceder à compreensão anterior, na qual a missão era absolutamente periférica para a natureza e prática da igreja. A eleição e vocação da igreja são consequências de sua missão e, justamente por essa razão, ela goza da identidade de povo particular de Deus (ibid., p. 589). Consequentemente, a missão não pode ser concebida em termos eclesiológicos, pois existe para além da igreja. Para Bosch, a afirmação de que a essência da comunidade da fé é missionária não expressa que a missão esteja centrada na igreja, antes que a igreja é *missio Dei*. Em sua comissão trinitária, a igreja media o amor de Deus Pai ao mundo, corporifica a presença do Deus Filho no mundo e media a presença do Deus Espírito no mundo. Logo, “a missão diz respeito também ao mundo que se encontra além dos limites da igreja” (ibid., p. 589). O movimento missionário da igreja deriva da natureza peculiar do amor de Deus antes de qualquer outra coisa.

Uma vez discutida a essência missionária da igreja, Bosch sinaliza as implicações profundas disso para o exercício teológico. O autor compreende que, na mesma proporção em que a igreja perde sua identidade caso não seja missionária, a teologia também deixa de sê-lo caso perca seu caráter missionário. Nesse quesito, a questão basilar para Bosch não diz respeito apenas ao que vem a ser a igreja ou a missão, mas também o que é a teologia e de que trata (grifo nosso). Portanto, “necessitamos de uma pauta missiológica para a teologia, não apenas de uma pauta teológica para a missão” (ibid., p. 590). A causa da existência da teologia é relacionar-se criticamente com a *missio Dei* e não apenas elaborar sobre ela por mera conveniência. Cracknell e Lamb, teóricos mencionados por Bosch, passaram a defender que qualquer exame teológico fosse promovido a partir da perspectiva da teologia da missão.

Bosch chega ao fim de sua argumentação elaborando sobre a dupla função da missiologia. Para definir a primeira delas, o autor recorre a termo cunhado por Lesslie Newbigin e Hans-Werner Gensichen: “aspecto dimensional”. Essa função diz respeito à tarefa da missiologia, em parceria com outras disciplinas, de focalizar a relação da teologia com o mundo. A missiologia estaria impressa em todo o currículo teológico de tal maneira que, em tese, dispensaria a necessidade de uma disciplina missiológica independente. Bosch, contudo, pensa ser útil conservar uma disciplina distinta para tratar da missiologia, a fim de marcar presença no território teológico e fomentar diálogo e crítica interdependentes entre as disciplinas.

Antes de passar à segunda função, Bosch declara rapidamente que a importância da “dimensão missionária do estudo do Antigo e Novo Testamentos” (ibid., p. 591) também é pertinente à matéria de história eclesiástica. A presença da igreja na história é fruto do privilégio divino de participação na *missio Dei*. Ao invés de vislumbrar na história da igreja uma espécie de história denominacional, em que os registros são modelados para atender aos propósitos da tradição de uma denominação distinta, a história eclesiástica deve direcionar a comunidade cristã na análise de temas desafiadores, tais como o fracasso da igreja primitiva em receber judeus, a influência do Império Romano em matéria de doutrina, a posição da igreja perante a escravidão de não-cristãos e outras questões de caráter social que se afligiram a comunidade cristã ao longo da história. A desconsideração dessas perguntas a partir da perspectiva missiológica resulta em uma crise de identidade severa à igreja. Bosch indica que perguntas semelhantes poderiam ser dirigidas à teologia sistemática, no entanto, ao longo de mais de 1.500 anos, essa disciplina dialogou exclusivamente com a filosofia. Todavia, a realidade do mundo contemporâneo impõe a necessidade de diálogo com disciplinas como as ciências sociais, a ciência da religião e a antropologia. A teologia sistemática deve tornar-se consciente de seu caráter intrinsecamente missionário e ser capaz de refletir sobre a alvo da missão, da igreja e do próprio evangelho (ibid., p. 591).

Na conclusão do texto, ainda considerando o caráter duplamente funcional da missiologia, Bosch pondera sobre seu aspecto intencional. O parágrafo final possui uma redação levemente truncada, onde o autor (ou tradutor da obra para a língua portuguesa) parece desenvolver apressadamente a argumentação. Ainda assim, é possível constatar a preocupação do autor quanto à correta definição de alvos da missão ocidental, os quais desenvolviam-se recorrentemente em termos de colonização cultural e parâmetros econômicos. Bosch declara que os problemas de países emergentes estão igualmente presentes no ocidente e devem receber respostas em seu próprio contexto, algo que também se aplica a quem produz teologia em países emergentes e, em última análise, à comunidade cristã universal (*ibid.*, p. 592). É imperativo compreender que missiologia representa globalização, algo que demanda ações específicas, concretas e intencionais. Apenas através de uma missiologia que se desenvolve a partir de perspectivas locais será possível servir à uma missiologia de caráter global.

Glossário

CoMin: Conselho Missionário Internacional.

CMI: Conselho Mundial de Igrejas.

CMME: Conferência sobre Missão Mundial e Evangelismo.